



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PE – 06/2021
PROCESSO Nº 5125/2020**

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Celular: _____

Contato: _____

Recebemos através do acesso à página www.trt16.jus.br. ou www.comprasgovernamentais.gov.br., nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, de _____ de 2021.

Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e essa empresa, solicitamos a V. Sa. o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra ao Apoio de Aquisições Públicas pelo e-mail: cpl@trt16.jus.br.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este pregão deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço cpl@trt16.jus.br.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021 - SRP

PROCESSO Nº 5125/2020

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA DA ABERTURA: 23/04/2021

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 13:00 hs

LOCAL: WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Uasg 080018), por seu Pregoeiro designado pela **Portaria GP nº 12, de 20 de janeiro de 2021** e tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 5125/2020** torna público que realizará licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **menor preço** regido pelas disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto 10.024/2019, de 20.09.2019, pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Decreto nº **8.538/2015** e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11.09.90, bem como pelas disposições contidas no presente Edital e o Termo de Referência, e **demais anexos** partes integrantes e complementares do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília-DF**, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a constituição de **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição eventual e futura de materiais de hidráulica a fim de atender a demanda de manutenção predial referente aos serviços das Unidades Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, **conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.**

1.2 Este pregão destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequenos portes, nos termos do art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no compras governamentais e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão sempre as últimas.

1.4 A adjudicação será por item, conforme Termo de Referência

2 DOS ANEXOS - CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL

2.1 Anexo I –TERMO DE REFERÊNCIA;

2.2 Anexo II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.3 Anexo III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste PREGÃO as empresas interessadas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste certame que:

3.1.1 Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade; ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, enquanto perdurar a suspensão;

3.1.2 Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição, ou ainda, empresas estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País.

3.1.3 Não estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.1.4 Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.1.5 Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

3.2 Como requisito para participação neste pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e declarar a inexistência fato superveniente.

3.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, nos termos do §5º, do art. 26, do Decreto de nº 10.024/2019.

3.4 O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art.9º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019), no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2 O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (art. 10 do Decreto nº 10.024/2019).

4.3 As informações para cadastramento no SICAF estão disponíveis no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 19, III, do Decreto nº 10.024/2019).

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção da sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 19, III, do Decreto nº 10.024/2019).

4.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 19, III, do Decreto nº 10.024/2019).

4.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 19, IV, do Decreto nº 10.024/2019).

5 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO

5.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar **proposta e documentação de habilitação, de forma concomitante**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento (Art. 26, *caput*, c/c o seu §1º, do Decreto de nº. 10.024/2019);

5.2 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital. (Art. 26, § 4º do Decreto 10.024/2019)

5.2.1 - A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital (Art. 26, § 5º do Decreto 10.024/2019).

5.3 É recomendável que os licitantes apresentem sua documentação de habilitação e proposta com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo da documentação e proposta é garantido pelo sistema comprasnet e apenas na data e horário previstos para a respectiva abertura, tornam-se publicamente conhecidas;

5.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública (Art. 26, § 6º do Decreto 10.024/2019).

5.4 -Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. (Art. 26, § 8º do Decreto 10.024/2019)

5.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos;

5.6 Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare o prazo de validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

5.7 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação **daqueles exigidos no edital e já apresentados**, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, **no prazo de até duas horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema. (art. 26 § 9º do Decreto 10.024/2019)

6. DA PROPOSTA

6.1 – Ao apresentar sua proposta no sistema compras governamentais o licitante deverá:

a) Registrar o valor unitário de cada item;

6.2 É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação;

6.3 A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

6.4 Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

6.5 A proposta escrita, se solicitada pelo pregoeiro, deverá conter:

6.5.1 Discriminação do objeto com marca e fabricante, valor unitário e valor total.

6.5.2 - Conter os seguintes dados da licitante: Razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, e nome de preposto responsável pelo procedimento licitatório, nome do responsável da empresa que irá assinar o contrato.

6.6 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7 DA HABILITAÇÃO

7.1 A comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira, será efetuada pelo registro cadastral do licitante no SICAF. Demais documentos exigidos que não estejam contemplados no Sicaf devem ser encaminhados concomitantemente com a proposta (parág. único, do art. 40, c/c o §1º, do art. 43, ambos do Decreto de nº 10.24/2019).

7.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, **trabalhista** e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, no referido Sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação (Art. 23 da IN n. 03 de 26/04/2018, da SGMPDG).

7.1.2 A verificação pelo Tribunal nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação (§3º, do art. 43, do Decreto de nº 10.24/2019).

7.2 Para habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa à:

7.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta

Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.3.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

7.3.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e Seguridade Social (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos tributos federais, abrangidas inclusive as contribuições sociais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, de acordo com a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

7.4.3 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.4.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual referente ao ICMS (Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

7.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal referente ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

7.4.6 Prova de inexistência de Débitos Trabalhista, mediante a consulta da certidão negativa no sítio do TST, nos termos do inc. V, do art. 29, da Lei 8.666/93, com nova redação instituída pela Lei nº 12.440/11 (disponível no *site* do TST – <http://www.tst.jus.br/certidao>).

7.4.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8 Havendo restrição na **regularidade fiscal e trabalhista**, das microempresas e empresas de pequeno porte com direito ao favorecimento estabelecido na LC 123/2006, ser-lhe-á concedido o prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado dentro do prazo estabelecido e a critério da administração, para a regularização da documentação, contados da decisão do pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame (art. 43, § 1º, da LC 123/2006);

7.4.9 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º, da LC 123/2006**);

7.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

7.5.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do **licitante**.

7.5.2. Apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir.

7.5.2.1 Será comprovada a boa situação financeira da empresa quando os índices Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), forem maior que 1(um). Os índices serão obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.5.2.2 As empresas que apresentarem índices igual ou menor do que um quando de sua habilitação, tendo em vista os riscos para a administração, deverão compro-

var Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.

7.5.2.3 Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou;
- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.

7.5.2.4 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8 DA SESSÃO

8.1 No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Pregoeiro (art. 27, do Decreto nº 10.024/2019);

8.2 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquela(s) que não esteja (estejam) em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos (Art. 28, do Decreto nº 10.024/2019);

8.2.1 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 28, § único, do Decreto nº 10.024/2019);

8.3 A partir da abertura da sessão pública *on line*, até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer via sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat), vedado qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro (art.30, *caput* e § 1º, do Decreto nº 10.024/2019);

9.2 Os lances deverão ser lançados pelo valor unitário do item.

9.3 O licitante que tiver sua proposta eletrônica desclassificada não poderá ofertar lances (art. 29, único, do Decreto nº 10.024/2019);

9.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital (art. 30, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019);

9.5 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

9.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro (art.30, §4º, do Decreto nº 10.024/2019);

9.7 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (art.30, §5º, do Decreto nº 10.024/2019);

9.8 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo registrados, sem prejuízo dos atos realizados; (art.34, do Decreto nº 10.024/2019);

9.8.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, qual seja, www.comprasgovernamentais.gov.br (art. 35, do Decreto nº 10.024/2019);

9.9 Encerrada a etapa de lances, a sessão pública poderá ser suspensa, a critério do pregoeiro, sendo justificado o motivo da suspensão no sistema;

9.10 A sessão pública será reiniciada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br em data e horário determinados pelo pregoeiro quando da sua suspensão, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, devendo os interessados estarem conectados a fim de acompanhar o desenrolar da sessão pública.

10 DO MODO DE DISPUTA

10.1 Será adotado para o envio de lances no presente certame o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado (Art. 33 do Decreto n. 10.024/2019).

10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 33, *caput*, c/c o seu §1º, do Decreto n.º 10.024/2019).

10.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o que será sigiloso até o encerramento deste prazo (Art. 33, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019).

10.3.1 Não havendo, pelo menos, três ofertas nas condições definidas neste item poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo (Art. 33, §3º, do Decreto n.º 10.024/2019)..

10.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (Art. 33, §4º, do Decreto n.º 10.024/2019)..

10.4.1 Não havendo lance final fechado e classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até no máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observando-se, após, o item anterior (Art. 33, §5º, do Decreto n.º 10.024/2019).

10.5 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender as exigências de habilitação (Art. 33, §6º, do Decreto n.º 10.024/2019).

10.6 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

10.6.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

11. CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate nos termos abaixo:

I - Preferência sucessiva, aos bens e serviços ([§ 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 1993](#)):

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12 DA NEGOCIAÇÃO

12.1 Após a realização do desempate das propostas e classificação final das licitantes, o pregoeiro deverá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (art. 38, do Decreto nº 10.024/2019);

12.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, §1º, do Decreto nº 10.024/2019).

13 DO JULGAMENTO

13.1 - DA PROPOSTA

13.1.1 Para julgamento será adotado o critério de menor preço, atendidas as exigências e especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

13.1.1.1 A licitante proponente deverá cotar o valor unitário proposto para cada item;

13.1.1.2 Não será adjudicada proposta com item contendo preço acima do estimado pela administração licitante;

13.1.1.3 A adjudicação será realizada por item.

13.1.2 O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação;

13.1.3 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos e aquelas com item com preço acima do valor estimado no Termo de Referência;

13.1.4 A não apresentação da proposta escrita, se solicitada pelo pregoeiro e dos ou não cumprimento de quaisquer das exigências importará em desclassificação do Licitante;

13.1.5 O ônus da prova da exequibilidade dos preços apresentados caberá ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação;

13.1.6 Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art.5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

13.1.7 É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

13.2 - DA HABILITAÇÃO:

13.2.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por análise dos documentos complementares solicitados necessários à confirmação daqueles exigidos e apresentados (arts. 26, § 9º e 43, *caput* e § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

13.2.2 Para fins de habilitação, constitui meio legal de prova, a verificação pelo TRT nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões (art. 43, § 3º do Decreto nº 10.024/2019).

13.2.3 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto no caso específico do **item 7.4.8 deste Edital**;

13.2.4 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital e seus Anexos (Art. 43, § 4º, do Decreto 10.024/2019);

13.2.5 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor (Art. 43, § 8º, do Decreto 10.024/2019);

13.3 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade ju-

rídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#). (Art. 47 do Decreto 10.024/2019)

13.3.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento da habilitação ou proposta, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (Art. 47, § único, do Decreto 10.024/2019).

14 DO ESCLARECIMENTO/DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 Os pedidos de esclarecimentos e impugnação referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente através do e-mail cpl@trt16.jus.br (arts. 23 e 24, do Decreto de nº 10.024/2019).

14.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos (art. 23, §1º, do Decreto nº 10.024/2019).

14.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração (art. 23, §2º, do Decreto nº 10.024/2019).

14.4 Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão;

14.5 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação (art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019).

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação (art. 24, §2º, do Decreto nº 10.024/2019).

14.7 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame (art. 24, §3º, do Decreto nº 10.024/2019).

14.8 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br., no link acesso livre > pregões > agendados, ou no menu principal, no link visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso.

15 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediate**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 44 caput e §§ 1º e 2º do Decreto nº 10.024/2019);

15.2 A falta de manifestação **imediate** do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art. 44, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019);

15.3 Os registros das razões do recurso e das contra-razões serão realizados em campos específicos no próprio sistema (art.44 do Decreto nº 10.024/2019);

15.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019);

15.5 Caso o pregoeiro não reconsidere sua decisão, submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento (art. 17, VII, c/c o art. 13, IV, ambos do Decreto nº 10.024/2019) ;

15.6 As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema;

16 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Diretor Geral deste TRT para julgamento e, em caso de improvimento, é de sua competência a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, a homologação do certame e a decisão quanto à contratação; (art. 45 do Decreto nº 10.024/2019);

16.2 Na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos a autoridade competente para homologação do certame e decisão quanto à contratação; (art. 46 do Decreto nº 10.024/2019);

17 DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

17.2 São órgãos participantes os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços.

17.3 Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por outros órgãos ou entidade da Administração Pública.

17.4 Homologado o resultado deste Pregão, os fornecedores mais bem classificados, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação (Art. 48 do Decreto 10.024/2019);

17.4.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período e por **uma única vez**, quando solicitado pelo fornecedor, mediante justificativa devidamente aceita pela Administração;

17.4.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Representante legal da licitante;

17.4.3 É facultado ao Tribunal, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

17.5 Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto n.º 7.892/2013.

17.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao **fornecedor registrado** em igualdade de condições.

17.7 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da data da sua publicação no Diário Oficial da União, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

17.8 Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (art. 11, inc. II do Decreto 7.892/2013);

17.8.1 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

17.8.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

17.8.3 O registro a que se refere o **subitem 17.8**, tem por objetivo a formação de **cadastro de reserva** no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, na hipótese do cancelamento da Ata de Registro de Preços (§ 1º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013).

17.8.4 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **subitem 17.8**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva (§ 2, do art. 11, do Decreto 7.892/2013).

17.8.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **subitem 17.8** será efetuada, somente quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, na hipótese do cancelamento da Ata de Registro de Preços (§ 3º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013).

17.8.6 O anexo que trata o **subitem 17.8**, consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterà a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame. As empresas interessadas em formar o cadastro de reserva deverão registrar no sistema (§ 4º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013).

17.9 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

17.10 A Administração deverá realizar periodicamente (dentro da vigência da Ata de registro de preços) pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

17.11 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

17.11.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

17.11.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

17.12 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

17.12.1 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.13 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I- descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos **incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993**, ou no **art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002**.

17.13.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **subitem 17.13** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.14 O cancelamento do registro ocorrerá, por iniciativa do TRT, quando:

17.14.1 o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

17.14.2 o fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

17.14.3 não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.14.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.15 Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o TRT fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

17.16 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razões de interesse público;
- II – a pedido do fornecedor.

17.17 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

17.18 Os pedidos a serem adquiridos pelo TRT serão realizados ao longo da vigência da ata de registro de preços. A cada solicitação, será emitida uma Nota de Empenho, onde estarão detalhados o objeto e quantidades para entrega.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- I - apresentar documentação falsa;
- II - fraudar a execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo;
- X - cometer fraude fiscal; ou
- IX - fizer declaração falsa.

18.2 Para os fins do inciso III do item anterior, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

18.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou de inexecução do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “12.4”, “12.5” e “12.6” abaixo, com as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

IV - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

18.4 Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do bem em atraso, por dia, por unidade, até o limite de 8% (oito por cento) do valor empenhado.

18.4.1 Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 20 (vinte) dias;

18.5 Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 10% (dez por cento) do valor empenhado.

18.5.1 Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega superior a 20 (vinte) dias.

18.6 O não cumprimento de obrigação contratual acessória, a exemplo da garantia exigida no **item 8 do Termo de Referência (Garantia do material)**, sujeitará a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) do valor empenhado.

18.6.1. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

18.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

18.7.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

18.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

18.9 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados.

18.10 Cabe ao órgão **gerenciador ou participante** aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, cabendo ao órgão participante informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

18.11 Ao órgão **não participante** compete a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

18.12 As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no termos do art. 23, da Lei nº. 12.846/13.

19 DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado conforme regras estabelecidas no **item 11** do Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

19.2. O pagamento da fatura somente será efetuado se a Contratada comprovar a regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, FGTS (CRF) e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e certidão de regularidade com as fazendas estaduais e municipais, atualizados;

19.3. Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora

EM = encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

20 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1 A (s) adjudicatária (s) deverá (ão) fazer a entrega do material, objeto da presente licitação, conforme os prazos e condições estabelecidas nos itens 05, 06 e 07 do Termo de Referência (Anexo I).

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;

21.2 A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a presente licitação poderá ser;

21.2.1 Revogada: somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação (Art. 50 do Decreto 10.024/2019);

21.2.2 Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (Art. 50 do Decreto 10.024/2019);

21.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato. (Art. 50, PU, do Decreto 10.024/2019)

21.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório;

21.5 As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

21.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

21.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

21.8 Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos;

21.9 Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. (Art. 53 do Decreto 10.024/2019)

21.10 Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no Apoio de Aquisições Públicas do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Avenida Se-

nador Vitorino Freire, 2001, 3º andar - Bairro Areinha, Cep: 65030-015, São Luís-MA, telefones (98) 2109-9378 ou 2109-9379, nos dias úteis, no horário das 8 às 15 h ou via e-mail através do endereço eletrônico cpl@trt16.jus.br;

21.11 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

21.12 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

21.13 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

21.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

21.15 Na hipótese de haver diferença na especificação, entre a registrada no sistema comprasnet e no edital, prevalecerá a do edital;

21.16 A adjudicatária deverá avisar por escrito e de imediato qualquer alteração em seu endereço ou telefone, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital, garantida a prévia defesa.

21.17 A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

21.18 Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: [publicações > manuais > pregões > pregão eletrônico – fornecedor](#); ou pelo telefone 0800.782323 ou e-mail: comprasgovernamentais@planejamento.gov.br;

21.19 O presente edital estará disponibilizado no sítio, www.trt16.jus.br, do Tribunal Regional do Regional do Trabalho da 16ª Região e no www.comprasgovernamentais.gov.br.

São Luís, 08 de abril de 2021.

Raimundo Nonato Monteiro Filho
Pregoeiro Oficial

Fernando Boucinhas de Castro Lima
Equipe de Apoio

Maria Lídia Borges de Sousa
Equipe de Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

1. Objeto

Aquisição eventual e futura de materiais de hidráulica a fim de atender a demanda de manutenção predial referente aos serviços das Unidades Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, mediante Sistema de Registro de Preços.

2. Justificativa

A aquisição dos materiais para manutenção predial objetiva suprir às necessidades atuais e futuras, quanto à manutenção das instalações do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, a fim de propiciar ambientes adequados, confortáveis e disponibilizar adequadamente o local para que suas atividades laborais sejam realizadas a contento, preservando o patrimônio público.

Os materiais serão adquiridos mediante Sistema de Registro de Preços e serão solicitados parceladamente, considerando a impossibilidade de mensurar com exatidão o quantitativo necessário a ser demandado pela Administração e também a ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material pela Seção de Almoxarifado, tendo neste particular o risco de perdas decorrentes de armazenamentos prolongados.

Assim, a utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica como meio proativo, considerando não haver como mensurar o quantitativo exato necessário para atendimento das demandas, a aquisição será realizada de forma fracionada, de acordo com a conveniência administrativa, agregado ao fato da ausência de condições físicas de estocagem de grande quantidade de material na Coordenadoria de Material e Logística/Seção de Almoxarifado.

Os Órgãos não participantes deste Registro de Preços poderão aderir até o dobro da quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador, conforme está estabelecido no Decreto nº 9488/18.

Ademais, segundo o referido Decreto, as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3. Fundamentação Legal

A solicitação encontra amparo na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto 10.024/19, no Decreto nº 3.555/00, no Decreto nº 7.892/13, Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.187/2009, Lei nº 12.349/2010.

4. Especificação do Objeto

4.1. A especificação do material, as quantidades com respectivo valor estimativo, constam no **Anexo A** do presente instrumento (orçamento estimativo total).

4.2. Todos os materiais devem atender às normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos das Leis nº 4.150/62 e 12.349/10, bem como outras normas similares, tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012.

5. Prazo e Local de Entrega dos Materiais

5.1. As requisições de material serão enviadas à Contratada de acordo com a necessidade do Contratante.

5.2. A Contratada fará o fornecimento do material sempre que solicitado pelo Contratante através de Nota de Empenho, encaminhada por e-mail, pela Coordenadoria de Material e Logística/Seção de Almoxarifado.

5.3. O material deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.4. O material deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, térreo, sito na Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, Areinha, CEP 65.030-015, nesta cidade, das 08h00 às 17h30, na presença de um servidor designado para fiscalização do contrato, conforme as requisições de material enviadas à Contratada.

6. Recebimento do Material

6.1. O material será recebido provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, após a entrega na Seção de Almoxarifado do Contratante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2. O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no EDITAL/CONTRATO/TERMO DE REFERÊNCIA.

6.3. O material será recebido, definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações, quantidade e qualidade do material, se entregue conforme o exigido, para a conseqüente aceitação mediante Termo Circunstanciado.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.5. A entrega do objeto pela empresa e seu recebimento pelo Contratante será caracterizada pelo atesto da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

7. Critério de Aceitação do Objeto

Em nenhuma hipótese será aceito material que esteja em desacordo com as especificações definidas no **Anexo A** deste Termo de Referência, bem como que apresente irregularidade quanto a sua estrutura ou em razão do seu transporte.

8. Garantia do Material

A Contratada deverá apresentar como garantia mínima o prazo de 30 (trinta) dias, para bens não duráveis e de no mínimo 90 (noventa) dias para bens duráveis, somados à garantia fornecida pelo fabricante de cada material.

9. Obrigações da Contratada

9.1. Certificar a data do recebimento da Nota de Empenho, apondo carimbo se for recebido por rubrica;

9.2. Efetuar a entrega do material de acordo com a especificação e demais condições estipuladas na Nota de Empenho;

9.3. Entregar material novo, de primeiro uso, pois em nenhuma hipótese serão aceitos produtos reciclados ou remanufaturados;

9.4. Entregar todo o material em embalagem do fabricante e em perfeitas condições para armazenamento, sob pena do não recebimento dos mesmos;

9.5. Entregar os certificados de garantia dos produtos no momento da apresentação da nota fiscal;

9.6. A Contratada deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) licitado(s) comprometendo-se a substituí-lo(s). Caso não atenda(m) ao padrão de qualidade exigido ou apresente(m) defeito(s) de fabricação durante a vigência do prazo de garantia estipulado no item 8 deste instrumento;

9.7. A Contratada estará obrigada a satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.8. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

9.9. Substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verificarem defeitos ou danos em decorrência do transporte, bem como aquele(s) que esteja(m) em desacordo com

as especificações da Nota de Empenho, providenciando a substituição dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias corridos, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente ou via e-mail.

9.10. Após o recebimento definitivo do material, providenciar o conserto ou troca do material defeituoso, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de notificação do defeito, enquanto perdurar o prazo de garantia do fabricante do material;

9.11. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

9.12. Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais de demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;

9.13. Responsabilizar-se pelos danos causados indevidamente ao imóvel e/ou a terceiros pela ação ou omissão durante a execução do Contrato;

9.14. Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

9.15. Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

9.16. Manter, junto ao Contratante, atualizados seus dados, tais como endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), informando qualquer alteração no prazo máximo de 2 (dois) dias de sua ocorrência, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no item 12 deste instrumento;

9.17. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto deste Termo de Referência;

9.18. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

10. Obrigações do Contratante

10.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

10.2. Encaminhar a Nota de Empenho à Contratada;

10.3. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

10.4. Emitir pareceres sobre atos relativos a execução da Ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;

10.5. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

10.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;

10.7. A fiscalização exercida pelo Gestor do contrato não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto deste Termo;

10.8. Efetuar, por escrito, solicitação de reparo/troca à Contratada quando ocorrer defeito, dentro do prazo da garantia estipulada;

10.9. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de negociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades por descumprimento ao pactuado neste Termo;

10.10. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e prazo pactuados;

10.11. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. Pagamento

11.1. O pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo do objeto, até o 5º dia útil, a contar da entrega da nota fiscal/fatura na Seção de Almoxarifado, situada no térreo do edifício-sede deste Regional sito na Av. Vitorino Freire, 2001, Areinha, São Luis – MA, CEP 65 030-015, no horário das 08h00 às 17h30.

11.2. Para fins de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato;

11.3. Na hipótese de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 11.1 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa;

11.4. Nenhum pagamento será feito à Contratada enquanto houver pendência no cumprimento de qualquer obrigação decorrente da compra do objeto deste Termo de Referência;

11.5. Sobre o valor da fatura serão retidos os tributos e contribuições da União Federal, se for o caso;

11.6. O pagamento da fatura somente será efetuado se a Contratada comprovar a regularidade fiscal com Tributos e Contribuições Federal, Dívida Ativa da União e Seguridade Social, Tributos e Contribuições Estaduais e Municipais, FGTS (CRF) e CNDT -Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, atualizados;

11.7. Será dispensada a retenção tributária caso a Contratada comprove ser optante pelo SIMPLES;

11.8. Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora

EM = encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

12. Sanções

12.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1.1 apresentar documentação falsa;

12.1.2 fraudar a execução do contrato;

12.1.3 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4 cometer fraude fiscal; ou

12.1.5 fizer declaração falsa.

12.2 Para os fins do item 12.1.3 reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou de inexecução do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “12.4”, “12.5” e “12.6” abaixo, com as seguintes penalidades:

12.3.1 advertência;

12.3.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por prazo não superior a dois anos;

12.3.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

12.3.4 impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

12.4 Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita a multa equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do bem em atraso, por dia, por unidade, até o limite de 8% (oito por cento) do valor empenhado.

12.4.1 Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 20 (vinte) dias;

12.5 Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 10% (dez por cento) do valor empenhado.

12.5.1 Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega superior a 20 (vinte) dias.

12.6 O não-cumprimento de obrigação contratual acessória, a exemplo da garantia exigida no item **8 (Garantia do material)**, sujeitará a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) do valor empenhado.

12.6.1. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

12.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.7.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados.

13. Fiscalização

13.1. A fiscalização do cumprimento das obrigações, bem como o atesto da nota fiscal/ fatura caberá ao Coordenador de Serviços Gerais do CONTRATANTE ou por quem este for designado.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto desta contratação, inclusive perante terceiros, nem por qualquer irregularidade, ainda que resultante de defeitos, e, na ocorrência destes, não implica em co-responsabilidade da Administração do Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

14. Validade das Propostas

14.1. As propostas apresentadas deverão ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

14.2. Na ausência de registro deste prazo no documento, o prazo mencionado será presumido.

15. Assinatura e Vigência da Ata de Registro de Preços

15.1. A Administração do Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital;

15.2. O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da licitante vencedora, durante seu transcurso, no caso de motivo justificado, devidamente aceito pela Administração;

15.3. A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

15.4. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

16. Cancelamento do Registro de Preços

16.1. O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado quando:

I- Por iniciativa da Administração:

- a) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições da Ata de Registro de Preços resultante desse procedimento;
- b) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

II- Por iniciativa do próprio Fornecedor:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade do cumprimento das exigências inseridas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução do serviço.

16.2. O cancelamento do Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do TRT da 16ª Região.

17. Das Disposições Gerais

17.1. É vedada a veiculação de publicidade acerca do objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização do Contratante.

17.2. Por se tratar de mera estimativa de gastos, as estimativas de quantidades e de preços mencionadas no Anexo A deste instrumento não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para com a Contratada.

17.3. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo o Contratante requerer o objeto deste Registro de Preços de acordo com suas necessidades.

17.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

17.5. Caso haja dúvida relativamente ao objeto deste Termo de Referência, o licitante deverá entrar em contato com Coordenadoria de Serviços Gerais, localizado no Anexo B do prédio-sede do Tribunal Regio-

nal do Trabalho da 16ª Região, sito à Av. Senador Vitorino Freire, nº 2001, Areinha, em São Luís-MA, telefones nº (98) 2109-9344/2109-9345.

São Luís, fevereiro de 2021

Wagner Campos Santos
Coordenador da Equipe de Planejamento

Nilson Carlos Costa de Souza
Técnico Judiciário

Fernando Boucinhas de Castro Lima
Técnico Judiciário

ANEXO A

RELAÇÃO DOS MATERIAIS HIDROSSANITÁRIOS PARA O ANO DE 2021

ITEM	RELAÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	COD CAT-MAT	UNID	QUANT	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
1	Joelho soldável PVC 90° para água fria 20mm (Tigre ou similar).	240418	Unid	50	0,620	31,00
2	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, Água Fria 25mm (Tigre ou similar).	344641	Unid	20	0,970	19,40
3	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, 32 mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	242706	Unid	20	2,580	51,60
4	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, 40 mm, para água fria predial	242704	Unid	20	6,310	126,20

	(Tigre ou similar).					
5	<p>União Soldável Marrom 32mm PVC, com vedação em borracha, - Marca de Referência: (Tigre ou similar).</p>	396869	Unid	10	8,445	84,45
6	<p>União Soldável Marrom 40mm - Marca de Referência: TIGRE ou Amanco, Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a dispositivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas, bebedouros, entre outras necessidades. Composição:</p> <p>PVC. Vedação: Borracha (Tigre ou similar).</p>	396868 300191	Unid	10	12,840	128,40
7	<p>União Soldável Marrom 50mm - Marca de Referência: TIGRE ou Amanco. Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a dispositivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas, bebedouros, entre outras ne-</p>	351295 300192	unid	10	25,325	253,25

	cessidades. Composição: PVC. Vedação: Borracha (Tigre ou similar).					
8	Adesivo plástico para tubos de pvc rígido, composto com solventes orgânicos e resina de PVC (bisnaga com 75 gr) (Tigre ou similar).	238932	Unid	100	7,305	730,50
9	Luva simples PVC soldável, 25mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	462558	Unid	20	0,765	15,30
10	Luva simples PVC soldável, 32mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	462560	Unid	20	2,350	47,00
11	Luva de correr PVC soldável, 40mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	462562	Unid	20	3,645	72,90
12	Luva simples PVC soldável, 50mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	462550	Unid	20	3,865	77,30
13	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 20mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	298069	Unid	10	10,320	103,20
14	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 25mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	298064	Unid	10	9,695	96,95

15	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 40mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	257680	Unid	10	19,820	198,20
16	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, soldável, de 50mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	257681	unid	10	21,625	216,25
17	União Soldável marrom 40mm - Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a dispositivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas, bebedouros, entre outras necessidades. Composição: PVC. Vedação: Borracha (Tigre, Amanco ou similar).	300191	Unid	10	14,390	143,90
18	Tubo para água fria soldável 20mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	75469	Unid	10	13,110	131,10
19	Tubo para água fria soldável 25mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	75469	Unid	10	15,450	154,50
20	Tubo para água fria soldável 40mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	75469	Unid	10	28,020	280,20

21	Tubo para água fria soldável 32mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	75469	Unid	10	28,300	283,00
22	Tubo de PVC para água fria soldável Marrom 50mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar)	75469	Unid	04	60,065	240,26
23	Adptador de PVC para água fria curto Marrom de 50 mm (tgre ou similar)	110728	Unid	10	7,100	71,00
24	Joelho de PVC, para água fria soldável Marrom de 90 graus e 50mm	240420	unid	10	5,015	50,15
25	“TÊ” de PVC, para água fria soldável Marrom de 90 graus, soldável de 50mm	242705	Unid	10	5,125	51,25
26	Tubo de esgoto de 40 mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	265266	Unid	10	22,570	225,70
27	Tubo de esgoto de 100 mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	38814	Unid	10	60,675	606,75
28	Torneira de jardim 1/2 Polegada, cor preta, fabricada em plástico resistente, manopla superior, com bico para engate de mangueira, sistema de fechamento rotativo.	240514	Unid	30	6,045	181,35
29	Torneira para pia, longa, confeccionada em aço cromado 1/2', bica longa e móvel(giratória), com bico arejador, de parede, fecho ¼ de volta, para copa	381096	Unid	30	50,840	1.525,20

	cozinha (DOCOL ou similar).					
30	Tampa grelha para ralo de plástico 15 x 15, anti-inseto (marca Tigre, Amanco, Fabrimar ou similar).	67130	Unid	50	13,655	682,75
31	Válvula Inox Plus 3.1/2 para lavatório.	389857	Unid	10	19,820	198,20
32	Haste para Registro de gaveta - 1/2 - (DECA ou similar).	150710	Unid	50	23,860	1.195,00
33	Haste para Registro de gaveta - 3/4 - (DECA ou similar).	150710	Unid	50	23,900	1.195,00
34	Kit de reparo universal p/ caixa acoplada com acionamento lateral (CENSI ou similar).	76562	Kit	50	124,900	6.245,00
35	Kit de reparo universal p/ caixa acoplada universal com acionamento superior (CENSI ou similar).	76562	Kit	50	124,900	6.245,00
36	Torneira de Mesa com acionamento automático cromada.	349436	Unid	100	105,980	10.598,00
37	Adesivo de uso geral, material silicone, aparência visual incolor, aplicação: vedação-silicone(adesivo) em tubo 280g – (padrão Vonder/ Polystic/Krona ou similar).	393922	Unid	20	15,700	314,00
38	Massa plástica cinza 400g com catalisador. Produto similar à massa plástica com catalisador 400 g	240495	Unid	20	11,480	229,60

	(IBERÊ ou similar).					
39	Impermeabilizante branco p/lage, lata de 18L (similar à VE-DAPREN).	73245	Unid	20	177,020	3.540,40
40	Pia para cozinha. Modelo: pia inox 1,20 x 0,50; material: aço inox com concreto leve; forração: concreto leve; escorredor: frisado. Válvula inclusa.	7005	Unid	10	299,990	2.999,90
41	Cuba de embutir oval 50x35, em louça, p/ pia , cor branca.	248775	Unid	10	204,580	2.045,80
42	Vaso branco para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	61948	Unid	10	244,310	2.443,10
43	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor branca, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	61948	unid	10	639,800	6.398,00
44	Vaso na cor bege para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	61948	Unid	10	334,900	3.349,00

45	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor bege, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De Primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	61948	Unid	10	544,800	5.448,00
46	Vaso sanitário na cor branca, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	61948	Unid	10	314,900	3.149,00
47	Vaso sanitário com caixa acoplado completa em louça na cor branca, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	61948	Unid	10	534,900	5.349,00
48	Vaso sanitário na cor cinza, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	61948	unid	10	419,900	4.199,00
49	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor cinza, com o inovador sistema de duplo	61948	Unid	10	714,800	7.148,00

	acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).					
50	Vaso sanitário na cor bege, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	61948	Unid	10	229,900	2.299,00
51	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor bege, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	61948	Unid	10	439,800	4.398,00
52	Assento para vaso sanitário, material plástico, cor branca, características adicionais: almofadado.	7013	Unid	100	44,410	4.441,00
53	Mictório de louça com parafusos para fixar na parede com sifão integrado, altura entre 56,5 e 60 cm, largura entre 34,5 e 40 cm, profundidade entre 31,5 e 35 cm.	373072	unid	10	285,640	2.856,40
54	Engate plástico ½” 50cm, marca tigre ou similar	355256	Unid	100	5,570	557,00

55	Fita veda rosca composto de PTFE (politetrafluoretileno) rolo de 18mmx10m conforme NBR 13124.	225707	Unid	200	3,320	664,00
56	Ducha higiênica dotada de registro de pressão com acionamento por alavanca para regulagem da vazão, acabamento cromado. (Referência lorenzetti 1985 – c60, docol – cód. 00536406, deca – 1984 c24 act.cr.)	23396	Unid	50	56,460	2.823,00
57	Torneira em aço cromado curta de bancada, para pia	239052	Unid	50	64,500	3.225,00
58	Torneira em aço cromado longa de bancada, para pia	239051	Unid	20	64,230	1.284,60
59	Torneira de acionamento automático de bancada, para pia. Ref. 10060-C	429933	Unid	50	87,220	4.361,00
60	Torneira de acionamento automático Marca Deca-matic ou similar de Bancada, para pia. Ref. 10060-C	429871	Unid	50	112,300	5.615,00
61	Anel vedação para vaso sanitário. Material: massa emborrachada.	40070	Unid	30	7,760	232,80
62	Retentor Hidramax – Código 4162020	374007	Unid	100	12,250	1.225,00
63	Conjunto fixação para sanitário parafuso aço latonado bucha 8mm com 2 peças.	133779	Unid	40	3,710	148,40
64	Saboneteira / Dispenser de Pressão Inox 500ml	53007	Unid	100	45,090	4.509,00
65	Espelho para banheiro	150903	Unid	50	104,900	5.245,00



TRT-16ª REGIÃO

Maranhão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

	de 50cm X 75cm, fixação na parede.					
66	Fita antiderrapante 50MMx05M	310252	unid	10	39,240	392,40
67	Adesivo instantâneo para alta temperatura	31003	Unid	20	41,010	820,20
68	Luva de algodão pigmentada	150196	Par	100	3,140	157,00
69	MÁSCARA N 95 PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PFF 2-SEM VÁLVULA-com selo do INMETRO.	397905	Unid	1.000	2,050	2.050,00
70	Torneira Bóia de Alta Vazão de PVC CENSI para grandes reservatórios de 32mm	240666	Unid	5	7,880	39,40
71	Reparo para torneira de mesa temporizada marca MEBER	150758	Unid	200	17,000	3.400,00
72	MÁSCARA DE PROTEÇÃO ANTI POEIRA-Marca de referência 3M ou similar	6718	Unid	500	2,050	1.025,00
						130.936,21



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

ANEXO II **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDROSSANITÁRIOS À JUSTIÇA DO TRABALHO DO ESTADO DO MARANHÃO.

(com base na Instrução Normativa nº 40 de 22/05/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e nos itens do art. 26, do Ato Regulamentar GP nº 01/2015, do TRT16).

1. Unidade Requisitante:

Coordenadoria De Serviços Gerais

1.1 – **Coordenador responsável:** José Coelho de Melo

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a aquisição de insumos para manutenção predial-hidráulica para atender as demandas do TRT-Sede, do Fórum Astolfo Serra e das Varas do Trabalho do Interior, no exercício de 2021/2022, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n.º 40, de 22 de maio de 2020.

3. Referência Legal

3.1. Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

3.1.1. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.2. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.3. Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.1.4. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;

3.1.5. Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores

individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.1.6. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

3.1.7. Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.1.8. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

3.1.9. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

3.1.10. Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

3.1.11. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.1.12. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.1.13. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 5, de 26/05/2017 e suas alterações.

3.1.14 - Instrução Normativa N.º 40, DE 22 DE MAIO DE 2020 Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

3.1.15 - Ato Regulamentar GP n.º 01/2015 do TRT16ª Região.

4. Descrição da Necessidade de Contratação:

4.1 Considerando a expiração da Vigência das Atas de Registro de Preços, objeto do PE-5953/2018, que trata do fornecimento de insumos para manutenção predial-hidráulica para este Tribunal do Trabalho da 16ª Região.

4.2 Considerando a degradação natural da infraestrutura e a necessidade atual e ocasional que o Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região tem em conservar e manter suas instalações e bens, a fim de propiciar ambientes adequados, confortáveis e disponibilizar adequadamente o local para que suas atividades laborais sejam realizadas a contento, preservando o patrimônio público.

4.3 Justificamos a aquisição de materiais de manutenção predial referentes a serviços de hidráulica com vistas ao atendimento das demandas relativas a manutenção predial da Sede e demais unidades deste Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região.

5. Resultados Pretendidos:

5.1. Com esta contratação, pretende-se proporcionar um ambiente seguro, confortável e adequado às atividades laborais a todo o corpo funcional do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, bem como a todos aqueles que frequentam e procuram a Justiça do Trabalho, mantendo-se as instalações em perfeito estado de funcionamento através da realização de manutenções preventivas e corretivas, visando assim a economia no consumo e mitigando possíveis situações de desperdício por vazamentos e outras perdas. Outro benefício que se pretende com a contratação, é o uso racional e responsável dos recursos econômicos (materiais), sem escassez, que comprometa a qualidade do serviço, e sem excesso, que a torne onerosa.

5.2. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão, enfim primando pelo interesse público.

6. Providências a serem adotadas

6.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

6.1.1. Não se configura necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

6.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto de acordo com as especificidades estabelecidas:

6.2.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

6.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

6.3.1. Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

7. Alinhamento entre a Contratação e o Plano Estratégico do Órgão:

7.1. A contratação de empresa para o fornecimento de materiais hidrossanitários, ao Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, está alinhada ao Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Tribunal (aprovado pela PORTARIA GP Nº 1254/2014), considerando que ainda não está vigente o Novo Plano Estratégico, segundo informação colhida da Coordenadoria de Gestão Estratégica deste TRT16ª e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) 2016-2021 do TRT16 (Portaria GP nº 1187/2015), sobretudo no tocante aos seguintes objetivos estratégicos: nº 1 (Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida, ou seja, zelar pela qualidade das instalações hidráulicas dos ambientes da Justiça do Trabalho da 16ª Região, significa primar pelo bem estar e manutenção da saúde dos magistrados, servidores e todos que buscam a Justiça do Trabalho do Maranhão); nº 4 (Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, que se refere à manutenção do patrimônio material, com o intuito de prolongar a vida útil de equipamentos e conservar a estrutura física, assegurando um ambiente de trabalho saudável); e nº 12 (Aperfeiçoar a gestão de custos, que envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para as necessidades essenciais e as prioritárias).

7.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2020.

8. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

8.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher qual a solução que melhor responda às necessidades deste Tribunal, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

Uma das alternativas para a compra de materiais de manutenção predial, referente aos serviços de hidráulica, seria a aquisição do objeto de reposição no momento de realização dos serviços. No entanto essa forma de compra geraria aumento de custos, visto que, além de causar demora na solução dos defeitos e reparos, demandaria muito tempo com pesquisa de preços e compra dos materiais a cada requisição individual.

Vale ressaltar que a compra por unidade de material torna-se economicamente inviável, tendo em vista o alto custo de transporte e demanda de pessoal para realização da compra dos produtos diariamente.

8.2. Quanto aos aspectos ambientais, os materiais especificados nas listas de compras fazem parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes. Portanto as especificações contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem. Desta forma a compra dos materiais para manutenção predial – materiais hidrossanitários do TRT 16ª Região, integra aspectos ambientais e sociais com objetivo de gerar benefícios econômicos, reduzir impactos ao meio ambiente e a saúde humana.

8.3. A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo único, do artº 1º da Lei 10520/2002 e mais recentemente, nos termos do § 1º, do artº 1º, do Decreto 10024/2019, tornando obrigatória para a Administração Federal, a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica. além de técnica, economicamente viável e mais apropriação, considerando a logística de reposição dos materiais. Portanto as aquisições de materiais para manutenção predial – materiais hidrossanitários visam atender as necessidades deste Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região.

9. Do enquadramento como Bens ou Serviços Comuns:

9.1. A contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, vez que suas especificações no mercado são usuais, ou seja, rotineiramente (habitualmente) utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores ou prestadores de serviços estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

10. Identificação da possibilidade de contratação através de Sistema de Registro de Preços:

10.1 Considerando o fato de se tornar inviável operacionalmente a aquisição de todos os bens de uma só vez, uma vez que a demanda é sazonal, bem como a impossibilidade de comprar os materiais diariamente, conforme acima já explicitado;

10.2. Considerando que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

10.3. Considerando que a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu em seu art. 15, inciso II, que as compras sempre que possível, deverão ser processadas por meio de Sistema de Registro de Preços. Torna-se então perfeitamente possível, pelas razões anteriormente expostas, que a aquisição de materiais hidrossanitários para este Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região seja feita pelo Sistema de Registro de Preços.

11. Avaliação do Parcelamento ou da Unificação do Objeto da Contratação:

11.1.O objeto deste Estudo, conforme já mencionado, consiste em viabilizar a aquisição/compra de Insumos para Manutenção Predial - Serviços Hidrossanitários. Contudo, a aquisição será de forma parcelada, vez que o fracionamento não acarretaria um aumento global no custo do objeto, como descreve o Tribunal de Contas da União na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63. Como regra geral, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável (Art. 23, § 1º, Lei nº 8.666/1993). A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 247.

11.2.A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante.

11.3.A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência ampla entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.

12. Existência de Pedidos Idênticos ou de mesma natureza realizados pelas unidades Administrativas:

12.1. Este Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região, por meio da Coordenadoria de Serviços Gerais, realizou pesquisa nas demais unidades administrativas para enumeração dos materiais necessários, portanto, o objeto deste estudo contemplará todas as unidades deste Tribunal. Assim, até a presente data, não houve nenhum pedido de aquisição idêntico ao objeto acima descrito.

13. Descrição do objeto a ser adquirido, quantidade almejada e respectivos Valores (Levantamento de Mercado):

13.1. A estimativa das quantidades foram levantadas levando-se em consideração o histórico de consumo do ano de 2019, e requisições encaminhadas à Coordenadoria de Serviços Gerais deste TRT16ª, não se tendo como estimar o consumo durante os anos de 2021/2022, de acordo com dados da Coordenadoria de Serviços Gerais.

13.2. Tomamos por base o ano de 2019 devido à pandemia do novo coronavírus no presente ano de 2020/2021, que limitou o funcionamento do Tribunal e das Varas do Trabalho, com a suspensão de audiências e com adoção do trabalho remoto para a maioria dos servidores. Ademais, foi realizada consulta ao Protocolo Administrativo nº 5953/2018 para se chegar ao resultado das estimativas de consumo individualizadas, que se encontram consignadas na tabela a seguir:

Para a conservação e manutenção das instalações hidráulicas em uso, necessita-se:

ITEM	RELAÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	UNID	QUANT	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
1	Joelho soldável PVC 90° para água fria 20mm (Tigre ou similar).	Unid	50	0,620	31,00
2	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, Água Fria 25mm (Tigre ou similar).	Unid	20	0,970	19,40
3	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, 32 mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	Unid	20	2,580	51,60
4	Conexão em TÊ 90° Marrom PVC soldável, 40 mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	Unid	20	6,310	126,20
5	União Soldável Marrom 32mm PVC, com vedação em borracha, - Marca de Referência: (Tigre ou similar).	Unid	10	8,445	84,45
6	União Soldável Marrom 40mm - Marca de Referência: TIGRE ou Amanco, Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a disposi-	Unid	10	12,840	128,40

	<p>tivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas, bebedouros, entre outras necessidades.</p> <p>Composição: PVC. Vedação: Borracha (Tigre ou similar).</p>				
7	<p>União Soldável Marrom 50mm - Marca de Referência: TIGRE ou Amanco. Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a dispositivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas, bebedouros, entre outras necessidades.</p> <p>Composição: PVC. Vedação: Borracha (Tigre ou similar).</p>	unid	10	25,325	253,25
8	<p>Adesivo plástico para tubos de pvc rígido, composto com solventes orgânicos e resina de PVC (bispnaga com 75 gr) (Tigre ou similar).</p>	Unid	100	7,305	730,50
9	<p>Luva simples PVC soldável, 25mm, para água fria predial (Tigre ou similar).</p>	Unid	20	0,765	15,30
10	<p>Luva simples PVC soldável, 32mm, para água fria predial (Tigre ou similar).</p>	Unid	20	2,350	47,00

11	Luva de correr PVC soldável, 40mm, para gua fria predial (Tigre ou similar).	Unid	20	3,645	72,90
12	Luva simples PVC soldável, 50mm, para água fria predial (Tigre ou similar).	Unid	20	3,865	77,30
13	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 20mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	Unid	10	10,320	103,20
14	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 25mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	Unid	10	9,695	96,95
15	Registro de esfera, PVC, com volante, soldável, de 40mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	Unid	10	19,820	198,20
16	Registro de esfera, PVC, com volante, vs, soldável, de 50mm, com corpo dividido (Tigre ou similar).	unid	10	21,625	216,25
17	União Soldável marrom 40mm - Conexão que permite a execução de juntas soldáveis desmontáveis, permite ainda a manutenção da rede estando as extremidades fixas. Ideal para acoplamento a dispositivos que necessitam de manutenção após a instalação junto ao sistema de água fria, como: motores, bombas hidráulicas.	Unid	10	14,390	143,90

	cas, bebedouros, entre outras necessidades. Composição: PVC. Vedação: Borracha (Tigre, Amanco ou similar).				
18	Tubo para água fria soldável 20mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	13,110	131,10
19	Tubo para água fria soldável 25mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	15,450	154,50
20	Tubo para água fria soldável 40mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	28,020	280,20
21	Tubo para água fria soldável 32mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	28,300	283,00
22	Tubo de PVC para água fria soldável Marrom 50mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar)	Unid	04	60,065	240,26
23	Adptador de PVC para água fria curto Marrom de 50 mm (tgre ou similar)	Unid	10	7,100	71,00
24	Joelho de PVC, para água fria soldável Marrom de 90 graus e 50mm	unid	10	5,015	50,15
25	“TÊ” de PVC, para água fria soldável Marrom de 90 graus, soldável de 50mm	Unid	10	5,125	51,25
26	Tubo de esgoto de 40 mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	22,570	225,70
27	Tubo de esgoto de 100 mm, barra de 6 metros (Tigre ou similar).	Unid	10	60,675	606,75

28	Torneira de jardim 1/2 Polegada, cor preta, fabricada em plástico resistente, manopla superior, com bico para engate de mangueira, sistema de fechamento rotativo.	Unid	30	6,045	181,35
29	Torneira para pia, longa, confeccionada em aço cromado 1/2', bica longa e móvel(giratória), com bico arejador, de parede, fecho ¼ de volta, para copa cozinha (DOCOL ou similar).	Unid	30	50,840	1.525,20
30	Tampa grelha para ralo de plástico 15 x 15, anti-inseto (marca Tigre, Amanco, Fabrimar ou similar).	Unid	50	13,655	682,75
31	Válvula Inox Plus 3.1/2 para lavatório.	Unid	10	19,820	198,20
32	Haste para Registro de gaveta - 1/2 - (DECA ou similar).	Unid	50	23,860	1.195,00
33	Haste para Registro de gaveta - 3/4 - (DECA ou similar).	Unid	50	23,900	1.195,00
34	Kit de reparo universal p/ caixa acoplada com acionamento lateral (CENSI ou similar).	Kit	50	124,900	6.245,00
35	Kit de reparo universal p/ caixa acoplada universal com acionamento superior (CENSI ou simi-	Kit	50	124,900	6.245,00

	lar).				
36	Torneira de Mesa com acionamento automático cromada.	Unid	100	105,980	10.598,00
37	Adesivo de uso geral, material silicone, aparência visual incolor, aplicação: vedação-silicone(adesivo) em tubo 280g – (padrão Vonder/ Polystic/Krona ou similar).	Unid	20	15,700	314,00
38	Massa plástica cinza 400g com catalisador. Produto similar à massa plástica com catalisador 400 g (IBERÊ ou similar).	Unid	20	11,480	229,60
39	Impermeabilizante branco p/ lage, lata de 18L (similar à VEDAPREN).	Unid	20	177,020	3.540,40
40	Pia para cozinha. Modelo: pia inox 1,20 x 0,50; material: aço inox com concreto leve; forração: concreto leve; escorredor: frisado. Válvula inclusa.	Unid	10	299,990	2.999,90
41	Cuba de embutir oval 50x35, em louça, p/ pia , cor branca.	Unid	10	204,580	2.045,80
42	Vaso branco para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	Unid	10	244,310	2.443,10
43	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor branca, com o inovador sistema de duplo acionamen-	unid	10	639,800	6.398,00

	to de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).				
44	Vaso na cor bege para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	Unid	10	334,900	3.349,00
45	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor bege, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De Primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	Unid	10	544,800	5.448,00
46	Vaso sanitário na cor branca, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo RAVENA).	Unid	10	314,900	3.149,00
47	Vaso sanitário com caixa acoplado completa em louça na cor branca, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite,	Unid	10	534,900	5.349,00

	similar ao modelo RAVENA).				
48	Vaso sanitário na cor cinza, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	unid	10	419,900	4.199,00
49	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor cinza, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	Unid	10	714,800	7.148,00
50	Vaso sanitário na cor bege, para caixa de descarga acoplada. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	Unid	10	229,900	2.299,00
51	Vaso sanitário com caixa acoplada completa em louça na cor bege, com o inovador sistema de duplo acionamento de descarga, com opção para 3 ou 6 litros. Caixa de descarga acoplada sistema ecoflush 3 e 6 litros. De primeira qualidade (tipo DECA e Celite, similar ao modelo IZI).	Unid	10	439,800	4.398,00
52	Assento para vaso sanitário, material plástico, cor branca, características adicionais: almofadado.	Unid	100	44,410	4.441,00

53	Mictório de louça com parafusos para fixar na parede com sifão integrado, altura entre 56,5 e 60 cm, largura entre 34,5 e 40 cm, profundidade entre 31,5 e 35 cm.	unid	10	285,640	2.856,40
54	Engate plástico ½" 50cm, marca tigre ou similar	Unid	100	5,570	557,00
55	Fita veda rosca composto de PTFE (politetrafluoretileno) rolo de 18mmx10m conforme NBR 13124.	Unid	200	3,320	664,00
56	Ducha higiênica dotada de registro de pressão com acionamento por alavanca para regulagem da vazão, acabamento cromado. (Referência lorenzetti 1985 – c60, docol – cód. 00536406, deca – 1984 c24 act.cr.)	Unid	50	56,460	2.823,00
57	Torneira em aço cromado curta de bancada, para pia	Unid	50	64,500	3.225,00
58	Torneira em aço cromado longa de bancada, para pia	Unid	20	64,230	1.284,60
59	Torneira de acionamento automático Marca Meber de bancada, para pia. Ref. 10060-C	Unid	50	87,220	4.361,00
60	Torneira de acionamento automático Marca Decamatic ou similar de Bancada, para pia. Ref. 10060-C	Unid	50	112,300	5.615,00
61	Anel vedação para vaso sanitário. Material: massa emborrachada.	Unid	30	7,760	232,80

62	Retentor Hidramax – Código 4162020	Unid	100	12,250	1.225,00
63	Conjunto fixação para sanitário para parafuso aço latonado bucha 8mm com 2 peças.	Unid	40	3,710	148,40
64	Saboneteira / Dispenser de Pressão Inox 500ml	Unid	100	45,090	4.509,00
65	Espelho para banheiro de 50cm X 75cm, fixação na parede.	Unid	50	104,900	5.245,00
66	Fita antiderrapante 50MMx05M	unid	10	39,240	392,40
67	Adesivo instantâneo para alta temperatura	Unid	20	41,010	820,20
68	Luva de algodão pigmentada	Par	100	3,140	157,00
69	MÁSCARA N 95 PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PFF 2-SEM VÁLVULA-com selo do INMETRO.	Unid	1.000	2,050	2.050,00
70	Torneira Bóia de Alta Vazão de PVC CENSI para grandes reservatórios de 32mm	Unid	5	7,880	39,40
71	Reparo para torneira de mesa temporizada marca MEBER	Unid	200	17,000	3.400,00
72	MÁSCARA DE PROTEÇÃO ANTI POEIRA-Marca de referência 3M ou similar	Unid	500	2,050	1.025,00
					130.936,21

14. Estimativa do Impacto Orçamentário nos exercícios de 2021 e 2022, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas:

14.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020;

14.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 130.936,21 (cento e trinta mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte um centavos)** e encontra-se pormenorizado em tabela demonstrativa de preços unitários e totais anexo ao presente documento.

14.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

14.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 05 de agosto de 2020, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição dos materiais em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição dos materiais hidrossanitários em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, observando que em muitos itens não conseguimos obter a pesquisa do Painel de Preços, por razões técnicas no acesso à referida ferramenta;

II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

14.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, prioritariamente, os incisos I e II, em conformidade com o § 1º do Artº 5º, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o artº 5º, de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

14.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável e razoável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

18. Responsáveis

Portaria DG n.º 258/2020



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

Wagner Campos Santos

Coordenador da Equipe Planejamento

Nilson Carlos Costa de Souza

Integrante Demandante/Técnico

Fernando Boucinhas de Castro Lima

Integrante Administrativo

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° ___/2021.

PROCESSO N° 5125/2020

Pregão Eletrônico n° 06/2021

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com sede na Av. Senador vitorino Freire, n° 2001 - Areinha, na cidade de São Luis - MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 23.608.631/0001-93, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. Manoel Pedro de Castro, nomeado pelo Ato GP n° 01/2020 de 02 de janeiro de 2020, inscrito no CPF sob o n° 024.140.902-00, ou seu substituto, considerando o julgamento da licitação na modalidade de *pregão*, na forma eletrônica, para o **REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n° 5125/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a **constituição de REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de materila hidrosdanitário, **conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência**, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* n° 06/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DO FORNECEDOR

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

CEP:

Telefone:

E-Mail:

Nomes dos Representantes:

	CPF:
	CPF:

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificação	marca	Quantidade	Unidade	Preço Unitário R\$

3.1 - Os Órgãos não participantes desta Ata de Registro de Preços poderão aderir até o **dobro** da quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes;

3.2- As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à presente Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados para o Órgão Gerenciador.

4. Vigência desta Ata:

5.1 - Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

São Luís, ____ de _____ de 2021.

Diretor Geral do TRT 16ª Região

Representante da Empresa

4. VIGÊNCIA DESTA ATA:

4.1 - Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

São Luís, ____ de _____ de 2021.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Setor de Aquisições Públicas

PA 5125/2020 – PE n. 06/2021

Diretor-Geral do TRT 16ª Região

Representante da Empresa